



CNPJ: 34.098.244/0001-70

CONTÉM:

- 1- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
- 2- BALANÇO PATRIMONIAL**
- 3- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
- 4- DEMONSTRAÇÃO DAS MULTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 5- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA**
- 6- NOTAS EXPLICATIVAS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Presidente e Diretores

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE

Rio de Janeiro – RJ

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Social, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE** em 31 de dezembro de 2022, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Entidade não possui controle individualizado de bens registrados no Ativo Imobilizado. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação de valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da depreciação acumulada.

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por nós, com emissão de relatório em 01 de abril de 2022, com ressalva (imobilizado).

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e ITG 2002 (R1), utilizada para entidade sem finalidade de lucros, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002
Tel: (21) 2263-5189
Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br



data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela entidade declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2023.

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031

SERGIO PAULO DA SILVA

Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061 – CNAI 6519

SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO

INDEP Auditores Independentes S/S

Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 3.500 / Grupo 1.318 - Barra da Tijuca

Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22631-002

Tel: (21) 2263-5189

Web: www.indep.com.br – E-mail: indep@indep.com.br



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2.212.899	969.126	Obrigações fiscais e sociais	204.000	172.593
Contas a receber	-	-	Contas a pagar	41.242	22.096
Outros ativos	602.705	418.130	Governamentais	1.606.165	335.360
	2.815.604	1.387.256		1.851.407	530.049
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	79.808	99.423	Contas a pagar	-	-
Intangível	11.428	7.790	Provisão para contingências	840.659	742.368
	91.236	107.213		840.659	742.368
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Superávit acumulado	214.774	222.053
				-	-
TOTAL DO ATIVO	2.906.840	1.494.469	TOTAL DO PASSIVO	2.906.840	1.494.469



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

RECEITAS	2022	2021
Receitas Lei Agnelo /Piva	4.890.427	4.476.713
Anuidades de atiradores	914.117	542.744
Inscrições de Modalidades	1.397.007	917.483
Receitas de Doação	420.534	244.546
Outras Receitas	237.852	37.195
	<hr/>	<hr/>
	7.859.937	6.218.681
DESPESAS	2022	2021
Gastos com recursos públicos	(4.890.427)	(4.476.713)
Despesas Modalidades	(1.581.302)	(641.073)
Despesas administrativas	(1.325.188)	(743.973)
Outras Despesas	(70.299)	(91.255)
	<hr/>	<hr/>
	(7.867.216)	(5.953.014)
Resultado do Exercício	<hr/> (7.279)	<hr/> 265.667

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(43.614)	(43.614)
Superávit do exercício	265.667	265.667
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	222.053	222.053
Déficit do exercício	(7.279)	(7.279)
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	214.774	214.774

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Déficit (Superávit) do exercício	-7.279,38	265.667,03
Ajustes em Resultados do Exercício	0,00	0,00
Depreciação e amortização	25.484,46	44.093,15
	<u>18.205,08</u>	<u>309.760,18</u>
Variações nos Ativos e Passivos:		
Redução (Aumento) de créditos	(184.574,70)	(137.848,34)
Aumento (Redução) em Obrigações com Fornecedores	17.875,85	0,00
Aumento (Redução) em Obrigações com Empregados	22.232,37	(31.715,63)
Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Previdenciárias	6.227,23	6.106,64
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	2.946,79	3.901,34
Aumento (Redução) em Obrigações com Terceiros	1.270,78	3.765,71
Aumento (Redução) em Obrigações Governamentais	1.270.805,22	0,00
Aumento (Redução) em Obrigações Não Circulantes	98.292,00	(127.836,21)
	<u>1.235.075,54</u>	<u>(283.626,49)</u>
Caixa líquido proveniente das Atividades Operacionais	<u>1.253.280,62</u>	<u>26.133,69</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compras de imobilizado	(9.507,30)	(12.385,27)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>1.243.773,32</u>	<u>13.748,42</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	969.126,01	955.377,59
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.212.899,33	969.126,01
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>1.243.773,32</u>	<u>13.748,42</u>

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, designada pela sigla CBTE, filiada à International Shooting Sport Federation (ISSF), à Confederación Americana de Tiro (CAT), à Confederación Sudamericana de Tiro (CST), à Confederación Iberoamericana de Tiro (CIT), à World Field Target Federation (WFTF), e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, constituída pelas Entidades filiadas de administração do desporto do tiro nos estados e Distrito Federal.

A CBTE, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todo o país, o esporte do tiro em todos os níveis, inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens

d. Passivo circulante

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2022	2021
Caixa	133,55	1.057,64
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	48.181,62	141.391,37
Bradesco S.A – Recursos Próprios	1,00	1,00
Santander – Recursos Próprios	0,00	0,00
Pag Hiper Sol. Financeira	28.623,79	196,22
Caixa Econômica Federal – COB	66.063,05	38.668,49
Bancos conta corrente	142.869,46	180.257,08
Bradesco S.A – Recursos Próprios	26.281,39	24.150,99
Santander – Recursos Próprios	331.031,42	138.244,61

Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	1.184,61	6.726,90
Caixa Econômica Federal – COB	1.711.398,90	618.688,79

Aplicações financeiras

2.069.896,32	787.811,29
2.212.899,33	969.126,01

4. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	2022			2021	
	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	295	30	266	0
Máquinas e equipamentos	10%	-	23.913	74.308	98.221
Bandeiras	10%	-	-	-	0
Instalações	10%	-	-	-	0
Veículos	20%	-	-	-	0
Equip. escritório	10%	5.574	340	5.234	0
Direito de uso	10%	-	-	-	0
Aparelhos, Máq. e Acess.	10%	-	1.203	-	1.203
		5.869	25.486	79.808	99.424

5. Obrigações fiscais e sociais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2022	2021
INSS	35.272	31.136
FGTS	8.548	6.457
IRRF	9.345	7.095
Férias e encargos	103.954	93.923
Salários a pagar	61.196	21.176
	218.315	159.787

6. Governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2022	2021
Convênio com Ministério dos Esportes	-	-
Comitê Olímpico Brasileiro – COB	1.606.165	335.360
	1.606.165	335.360

- (i) Em 2022, a CBTE firmou mais uma parceria com o Ministério do Esporte, cujo repasse está previsto para 2023.
- (ii) Durante o exercício de 2022, a Confederação Brasileira de Tiro Esportivo recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 4.890.427,04, em 2022, nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 335.359,90. No momento do encerramento de 2022 somavam R\$ 1.606.165,12, que se encontra em processo de devolução e saneamento dos projetos daquele exercício, será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados de 2023, ou devolvido ao COB.

7. Receitas de Contratos e Convênios

	2022	2021
Comitê Olímpico Brasileiro (COB) - Lei Agnelo Piva	4.890.427	4.476.713
Ministério dos Esportes - Lei de Incentivo ao Esporte		-
TOTAL (R\$)	4.890.427	4.476.713

As receitas são decorrentes dos recursos liberados pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), para aplicação em fomento e desenvolvimento do desporto, manutenção do desporto e da Entidade, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas e a participação ou organização de eventos esportivos.

8. Provisão para contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, a Entidade apresenta R\$ 840.659,71 de processo com probabilidade de perda provável na esfera cível em 2022.

9. Patrimônio coberto

O Patrimônio Social da Confederação é constituído com os resultados acumulados nos períodos, acrescidos ou reduzido pelo resultado apurado com os valores inerentes às atividades da Confederação ao término do exercício social.

No exercício findo, a Confederação apresentou um passivo coberto em R\$ 214.773,70

	2022
Total Ativo	2.906.840,23
Total Passivo	2.692.066,53
Passivo coberto	214.773,70

10. Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2022 não foram identificados valores contabilizados devido ajuste.

11. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da CBTE, são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, e, quando necessário ou aplicável, as orientações, as interpretações e os demais pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que especialmente a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

12. Declaração de Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.